



PREVIP

SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RELATÓRIO ANUAL 2022



Sylvamo

A Empresa de
Papel do Mundo

ÍNDICE

Mensagem
da diretoria



03

04



Investimentos

Política de
investimento 2023



12

20



Demonstrações
contábeis

Notas
explicativas



26

58



Pareceres



MENSAGEM DA DIRETORIA

Olá Participante, muito mais que uma obrigação, a Previp apresenta o Relatório Anual 2022, é a oportunidade de compartilharmos de forma objetiva e transparente os resultados obtidos pela Entidade durante um ano desafiador, marcado pela questões políticas e econômicas no ambiente global.

Neste relatório, você encontra informações que lhe permitem acompanhar o desempenho financeiro da Entidade, além de demonstrar a busca contínua por bons resultados, gestão eficaz de riscos a fim de minimizar impactos financeiros e atingir as expectativas dos participantes e patrocinadoras do Plano.

A missão da nossa Entidade é proteger e valorizar os recursos com transparência e integridade, seguindo as melhores práticas do mercado de previdência complementar e observância à legislação. Nossos colaboradores continuam altamente comprometidos com nossos objetivos, como consequência a Previp foi premiada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar com o “Selo de Engajamento Abrapp”, reconhecendo o engajamento dos colaboradores da Entidade, que visam esclarecer e apoiar os participantes na tomada de decisão para um futuro mais tranquilo.

Agradecemos a confiança de todos na administração da Previp e seguimos firmes no propósito de zelar de forma ética e transparente pela gestão do plano, aprimorando continuamente nosso trabalho, visando atender nossos clientes com uma administração comprometida com as responsabilidades assumidas na concretização de seus sonhos e realizações no futuro.

Um Abraço e Boa Leitura



INVESTIMENTOS

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2022 foi muito difícil para todo o mundo, consolidando-se como um dos piores períodos da história do mercado internacional, não deixando saudades para a grande parte dos investidores globais, onde os fatores inflação, juros e crescimento definiram a dinâmica e direção dos mercados durante o ano, com os investidores avaliando cada índice divulgado e o movimento dos Bancos Centrais, até onde poderiam subir as taxas de juros e se controlariam a inflação e seus impactos na economia, dividindo a atenção com as incertezas da COVID19, principalmente a resposta chinesa com a abertura de sua economia e o conflito entre Rússia e Ucrânia.

No Brasil, as preocupações com a inflação no mundo e seus impactos também influenciaram os ativos domésticos, somado a difícil situação das contas públicas e o cenário político. O Banco Central pela sua experiência continuou elevando a Taxa Selic de 9,25% a 13,75% a.a, na tentativa de diminuir a pressão sobre a inflação fechando o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) com 5,79%, portanto acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 2023 o cenário continua desafiador e os mercados ainda sinalizam uma certa volatilidade. No Brasil o mercado sinaliza um possível início de corte na Taxa Selic com estimativa de 12,00% a.a no final do ano, melhor controle da inflação e expectativa de uma aprovação de uma reforma tributária reduzida. O EUA continua com um viés cauteloso em função da preocupação com a lenta desaceleração da inflação, podendo gerar novas elevações de juros no país, além dos dados de geração de emprego que reforçam sinais de pressão no mercado de trabalho. Na China uma recuperação abaixo do esperado deve levar a estímulos do governo e para a Europa ainda há uma previsão de um processo de ajuste de taxas de juros.

Dessa forma, a Previp reforça seu compromisso com uma gestão prudente, monitorando seus investimentos diante dos desafios do cenário econômico que possam surgir, sempre com o objetivo de cuidar do futuro de seus participantes.

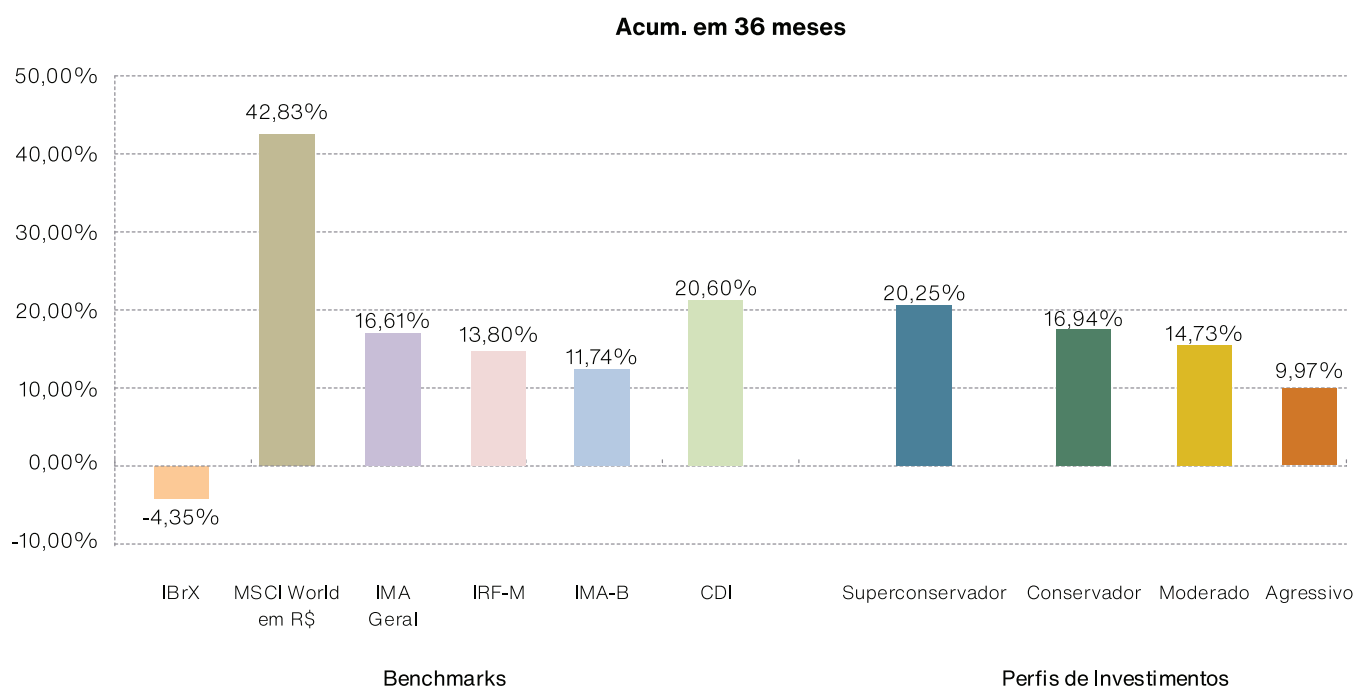
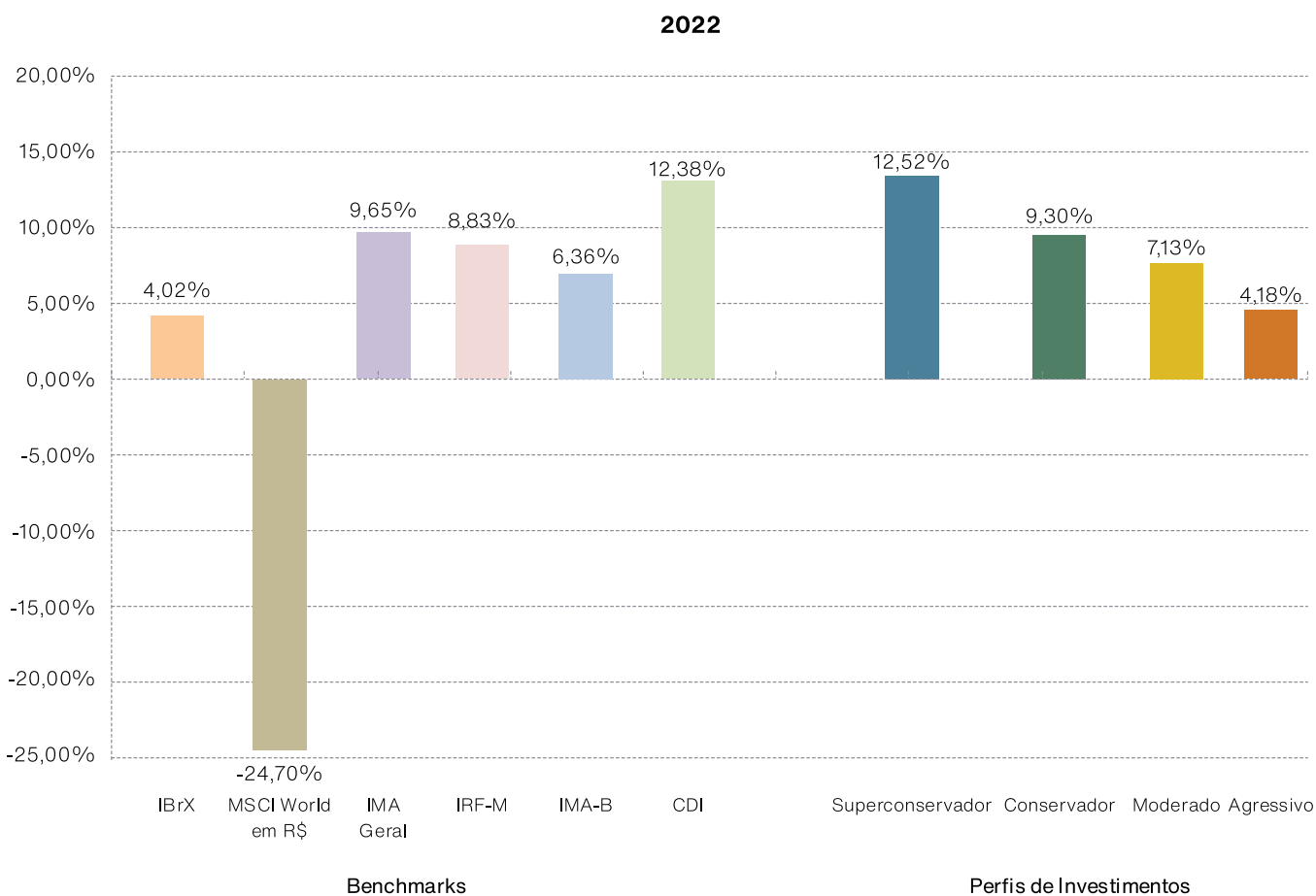
RENTABILIDADES

Na Renda Fixa o ano foi difícil para as estratégias ativas mais importantes de longo prazo como os títulos prefixados e indexados à inflação de longo prazo, além da influência do cenário internacional, outros fatores que colaboraram com a elevação das taxas de juros dos títulos e conseqüentemente para a queda de seus retornos foram: a alta de inflação demandando uma ação mais dura do Banco Central em relação ao nível da Taxa Selic, a situação fiscal do país que já vinha gerando preocupações com o teto de gastos em 2021 e pelas primeiras declarações do governo eleito gerando desconfiança dos mercados. Os índices de Renda Fixa IRF-M (índice que representa os títulos públicos prefixados), apresentou rentabilidade de 8,83% no ano, enquanto, o IMA-B, (que representa os títulos públicos indexados à inflação), rentabilizou 6,36%, todos abaixo do CDI com 12,38% a.a.

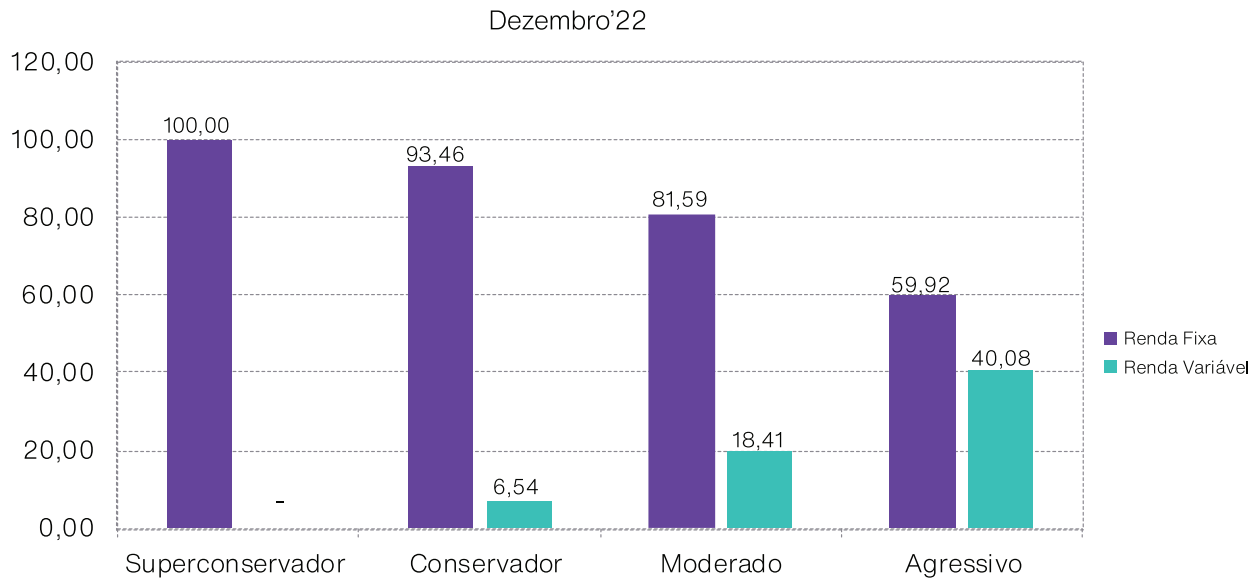
O mercado de Renda Variável teve um ano de grande volatilidade, precipitando um cenário de desaceleração global mais forte em função do aumento dos juros nas economias desenvolvidas, incertezas locais na condução da política fiscal e com as sinalizações do novo governo, com o IBRX fechando o ano com o modesto retorno de 4,02%, descolando positivamente das demais bolsa do mundo. Em relação ao Investimento no Exterior o retorno foi o pior dos últimos 9 anos em função principalmente das incertezas sobre o controle da inflação pelos bancos centrais, com o MSCI World U\$ registrando uma queda de -19,45% somado ao recuo de - 6,50% do dólar em relação ao real.

O segmento de Empréstimos continua sendo uma ótima alternativa de investimento com um bom retorno em relação ao CDI, com baixo risco de crédito e com uma taxa atrativa para o participante, tanto que no início de 2022 houve uma mudança nas regras de concessão com o objetivo de oferecer uma linha de crédito mais atrativa aos participantes com o aumento de limites e prazos para pagamentos.

Abaixo você pode analisar o impacto nas rentabilidades dos perfis de investimento da Previp no ano de 2022 e no acumulado em 36 meses, em comparação com alguns índices de mercado:

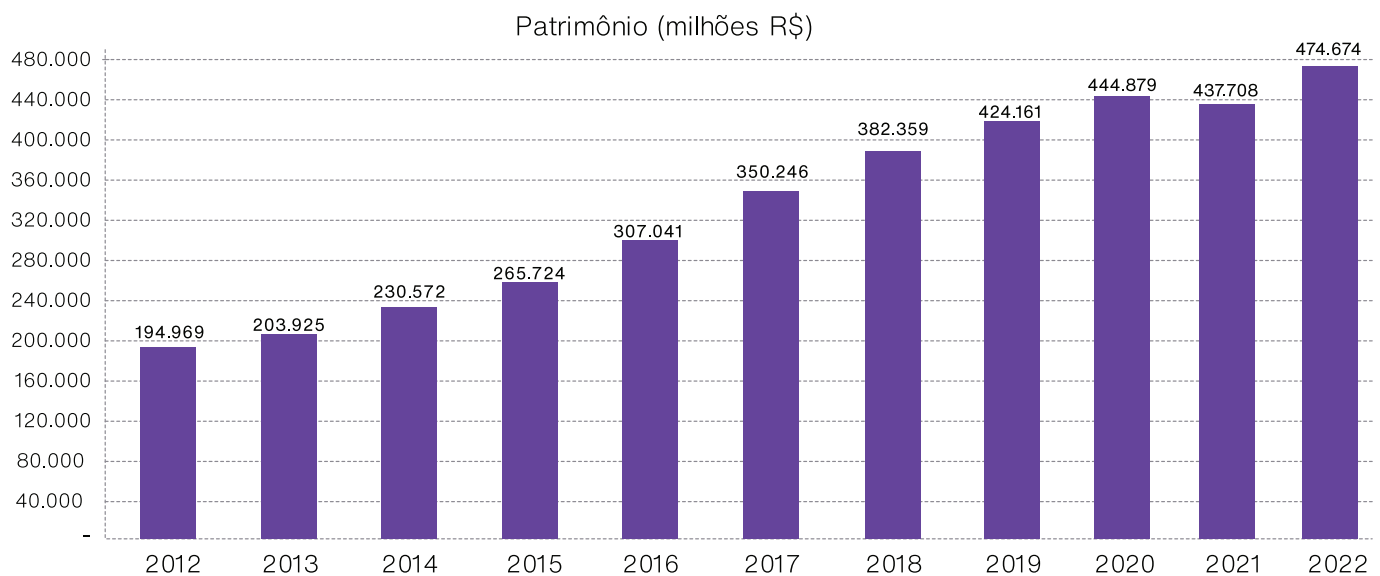


ALOCAÇÃO POR SEGMENTO



Política de Investimentos		
Perfis	Renda Fixa	Renda Variável
Superconservador	100,00	-
Conservador	92,00 a 99,00	1,00 a 8,00
Moderado	77,00 a 93,00	7,00 a 23,00
Agressivo	50,00 a 70,00	30,00 a 50,00

PATRIMÔNIO TOTAL DO PLANO



*Considerando a retirada de PKG no valor de R\$ 16 milhões

ALOCAÇÃO DOS ATIVOS

Carteira Ativa				
Segmento	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	305.172.221,98	85,64%	268.236.650,52	82,47%
Renda Variável	31.791.544,68	8,92%	40.032.565,65	12,31%
Empréstimos	19.384.971,97	5,44%	16.984.323,48	5,22%
Total	356.348.738,63	100,00%	325.253.539,65	100,00%

Carteira Imunizada				
Segmento	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	118.324.752,91	100,00%	112.454.439,12	100,00%

Total	474.673.491,54	437.707.978,77
--------------	-----------------------	-----------------------

ALOCAÇÃO POR GESTOR

Carteira Ativa		
Gestores	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	151.544.776,27	42,53%
Western	135.367.634,78	37,99%
Santander	50.051.355,61	14,05%
Gestão Própria	19.384.971,97	5,44%
Total	356.348.738,63	100,00%

Carteira Imunizada		
Gestor	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	118.324.752,91	100,00%

PARTICIPAÇÃO EM ATIVOS

Fundos de Investimento		
Renda Fixa		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI Multimercado Plus	01.606.552/0001-00	41.624.279,98
BRADESCO FI Renda Fixa Target	02.998.239/0001-28	59.889.150,73
BRADESCO H FI Renda Fixa Longo Prazo Volga	09.241.756/0001-05	7.918.078,04
BRADESCO FI Renda Fixa Referenciado DI Federal II	10.601.349/0001-32	107.828,40
BRADESCO FI Renda Fixa IMA B 5	15.714.258/0001-27	14.850.701,50
BRADESCO Institucional FI Renda Fixa IRF-M	18.085.876/0001-43	5.417.080,84
BRADESCO FI Renda Fixa IMA B 5+	18.085.885/0001-34	6.421.906,66
BRADESCO FI Renda Fixa Cred Privado Credito Inflação	40.142.060/0001-63	18.667.446,09
ITAU Fidelidade W3 Renda Fixa	07.928.916/0001-55	2.830.616,79
ITAU Verso M Renda Fixa FI	09.344.955/0001-30	1.747.318,89
ITAU Fidelidade T FI Renda Fixa	11.419.811/0001-48	2.973.945,07
ITAU Verso V Renda Fixa FI	13.028.336/0001-04	11.297.050,03
ITAU Verso K Renda Fixa FI	13.028.340/0001-72	1.984.171,03
ITAU Verso P Credito Privado Renda Fixa FI	20.355.007/0001-33	1.281.182,58
ITAU Renda Fixa Juros Ocean FI	20.355.082/0001-02	1.141.816,20
ITAU Verso JM Multimercado FI	25.306.641/0001-08	1.214.803,00
ITAU Verso e Renda Fixa FI	28.077.914/0001-70	1.881.757,26
ITAU Verso U Multimercado FI	29.152.467/0001-39	2.344.082,42
ITAU Inst Global Dinamico Renda Fixa Longo Prazo FC	32.972.942/0001-28	2.084.704,77
ITAU Inst Macro Opportunities Multimercado FC	37.231.240/0001-07	817.655,55
ITAU Inst Optimus Renda Fixa Longo Prazo FC	40.635.061/0001-40	1.472.095,26
ITAU Inst Optimus Titan Multimercado FC	41.124.638/0001-11	845.216,45
ITAU Inst Precision Credito Privado Renda Fixa Longo Prazo FC	41.664.211/0001-06	9.060.567,27
ITAU Global Dinamico Ultra Multimercado FC	42.299.229/0001-19	2.635.888,65
WESTERN Asset Inflation II Renda Fixa FI	05.092.294/0001-42	3.723.770,37
WESTERN Asset Prev Fix Target Renda Fixa FI	07.892.298/0001-30	10.693.105,09
WESTERN Asset Prev Fix FI Renda Fixa Credito Privado	07.894.727/0001-09	4.974.659,28
WESTERN Asset Prev Inflation Limited Renda Fixa FI	07.895.082/0001-29	31.363.868,11
WESTERN Asset Prev Inflation Plus Renda Fixa FI	07.895.087/0001-51	5.802.013,74
WESTERN Asset Prev Inflação Implícita FI Renda Fixa	09.087.314/0001-48	1.778.081,88
WESTERN Asset Prev Credit Renda Fixa FI Credito	09.087.708/0001-04	29.978.350,31
WESTERN Asset Prev Struct Credit FI Renda Fixa Credito Privado	12.029.811/0001-02	2.971.126,97
WESTERN Asset Sovereign IV Selic Renda Fixa Referenciado FI	15.477.891/0001-49	28.938.420,39
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	29.983.496/0001-42	1.780.490,22
WESTERN Debentures Inst FI Renda Fixa Credito Privado	36.821.794/0001-00	368.887,43
Total		322.882.117,25

Renda Variável		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI em Ações Selection	03.660.879/0001-96	415.871,34
BRADESCO FI em Ações Dividendos	06.916.384/0001-73	98.432,51
BRADESCO FI em Ações Mid Small Cap	06.988.623/0001-09	2.582.002,85
BRADESCO FIC em Ações Institucional IBRX Alpha	14.099.976/0001-78	8.240.413,73
BRADESCO Global FIA Invest Exterior	18.085.924/0001-01	3.021.589,56
ITAU Previdencia IBRX FIA	04.751.820/0001-76	584.799,37
ITAU Index Ações IBRX FI	10.263.584/0001-41	219.717,34
ITAU It Now Ibovespa Fundo de Indice	21.407.758/0001-19	2.050.239,39
ITAU Inst Ações Phoenix FC	23.731.629/0001-07	107.969,52
ITAU World Equities FC Ações Invest Exterior	31.217.153/0001-19	1.103.589,84
ITAU Ações Asgard Inst FC	35.495.250/0001-24	136.205,20
ITAU Ações Dunamis Inst FC	36.347.815/0001-99	128.644,04
ITAU Institucional Ações Momento FC	37.514.896/0001-37	107.319,37
WESTERN Asset Prev IBRX Ativo Acoes FI	05.092.264/0001-36	9.742.389,66
WESTERN Asset FI Ações BDR Nivel I	19.831.126/0001-36	322.344,79
WESTERN Asset Global Equities II FI em Ações Invest. Exterior	41.409.602/0001-84	2.930.016,08
Total		31.791.544,59
Total Fundos de Investimentos		354.673.661,84
Total Títulos Públicos		100.614.857,73
Total Geral		455.288.519,57



AUDITORIA DE GESTÃO

Nome	CNPJ	Responsável
KPMG Auditores Independentes	57.755.217/0001-29	Willian Hideki Ishiba

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Nome
Eduardo Pires Zambon

CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

Terceiros	Auditoria	Treinamentos	Despesas Gerais	Tributos	Desp. Retirada PKG	Total
1.472.133,45	87.070,27	24.113,00	28.672,73	116.993,49	11.564,75	1.740.547,69



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

FAIXA DE ALOCAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Segmento de Aplicação	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)
Renda Fixa (A)	100	100	67	99	62	93	35	70
Inv. Estruturados - Brasil (B)	-	-	0	10	0	15	0	15
Inv. Estruturados - Exterior (C)	-	-	0	0	0	0	0	0
(A) + (B) + (C)	100	100	67	99	62	93	35	70
Renda Variável - Brasil (D)	-	-	1	8	6	22	25	45
Renda Variável - Exterior (E)	-	-	0	3	1	8	5	10
(D) + (E)	-	-	1	8	7	23	30	50
Empréstimos	-	-	0	15	-	-	-	-

Data da Ata de Aprovação do Conselho Deliberativo: 30 de Dezembro de 2022.

CONSIDERAÇÕES

Os recursos totais de cada participante serão alocados em apenas um dos perfis de investimentos disponibilizados.

A alocação no segmento de investimentos estruturados, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda fixa, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Fixa e Investimentos Estruturados não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Fixa.

A alocação no segmento de investimento no exterior, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda variável, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Variável e Investimentos no Exterior não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Variável.

OBJETIVOS E DIRETRIZES DA GESTÃO:

Carteira Segregada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de renda vitalícia, estão alocados em uma carteira dedicada a gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados.

Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia. Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel.

Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 4,83% a.a.). A Previp acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.

Carteira Ativa

A meta gerencial estabelecida para as demais carteiras do Plano Previp é o benchmark do Perfil Conservador: 87% (60% IMA-S + 30% IMA-B5 + 5% IRF-M + 5% IMA-B5+) + 6% IBrX + 2% (MSCI WI cotado em reais) + 5% CDI. O risco da carteira de **Renda Fixa** será medido pelo benchmark VaR, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível máximo aceitável é de 1,5%, sendo que o benchmark definido para o Perfil Superconservador será o **CDI**, para o Perfil Conservador será **60% IMA-S + 30% IMA-B5 + 5% IRF-M + 5% IMA-B5+**, para o Perfil Moderado foi definido

55% IMA-S + 28% IMA-B5 + 7% IRF-M + 10% IMA-B5+ enquanto para o Perfil Agressivo foi definido **50% IMA-S + 30% IMA-B5 + 10% IRF-M + 10% IMA-B5+**.

Esses índices são amplamente confiáveis, divulgados e bem estruturados pela ANBIMA, associação que representa diversas instituições financeiras e é porta voz do mercado de capitais, permitem escolher melhor as comparações de aplicações, refletem a estratégia da dívida pública brasileira, são replicáveis ou seja, é possível fazer aplicações no mercado seguindo a carteira do índice e permite o olhar para o longo prazo.

Para **Investimentos Estruturados**, o benchmark definido foi o **CDI**. Para a obtenção do retorno desejado, o risco admitido está associado a um VaR de 2,5% para o horizonte de 1 dia útil e intervalo de confiança de 95%.

Para **Renda Variável** que compõe os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo o limite de risco definido foi um benchmark VaR de 5% em relação ao benchmark, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o benchmark **IBrX**.

Para **Investimentos no Exterior** que compõem os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo, aceita-se um Tracking Error de 32,0% ao ano em relação ao benchmark, sendo 100% o benchmark **MSCI WORLD INDEX em Reais** (MSCI World Index: índice de ações de referência global que contempla 23 países de mercados desenvolvidos), usado como um ponto de referência comum para fundos globais.

Para os **Empréstimos** que compõe o Perfil Conservador, o benchmark é o CDI.



Responsabilidades dos Administradores e Gestores de Recursos

Os administradores e gestores de recursos devem:

- Estar autorizados pelo Banco Central (“BACEN”) e serem registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a prática do serviço terceirizado de gestão de recursos;
- Realizar a gestão dos ativos da Entidade, de forma discricionária, conforme a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas nesta Política de Investimentos e em qualquer outro documento suplementar que a Entidade vier a prover;
- Aplicar os recursos ou parte dos recursos da Entidade em fundos de investimentos somente se os ativos das carteiras dos mesmos forem permitidos pela legislação em vigor e pelas restrições e diretrizes contidas nesta Política de Investimentos e em qualquer outro documento suplementar que a Entidade vier a prover;
- Aplicar recursos exclusivamente em títulos e valores mobiliários detentores de identificação com código ISIN (International Securities Identification Number).
- Garantir a precificação dos valores de todos os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras de investimentos da Entidade e fundos de investimentos nos quais são aplicados recursos da Entidade a preços de mercado, chamada de “Marcação a Mercado”, salvo os títulos que a Entidade manifestar por escrito, a intenção de manter em carteira até o vencimento;
- Determinar a alocação tática de recursos e a seleção de títulos e valores mobiliários de acordo com seus mandatos de investimentos;
- Reunir-se com a Entidade para apresentar suas análises de performance dos investimentos e para descrever suas estratégias de investimentos presente e futuras de acordo com seus mandatos de investimentos. As reuniões com os administradores podem ocorrer em qualquer forma e tempo, conforme agenda determinada pela Entidade, em comum acordo com os administradores;

- Fornecer para a Entidade relatórios mensais sobre a posição patrimonial administrada, segmentada em classes de ativos e taxas de retornos obtidas;
- Prontamente notificar a Entidade caso, em algum momento, exista um investimento ou grupo de investimentos que estejam em desacordo com o documento mandato ao gestor ou disposições legais;
- Investir em fundos de investimento, criados e mantidos conforme a legislação em vigor, que possuam política de investimentos e estatutos que não conflitem com a presente Política de Investimentos. Identificar aspectos do documento mandato ao gestor, tangíveis às funções do administrador ou gestor, passíveis de revisão em virtude de novas estratégias de investimentos ou mudanças no mercado de capitais, caso julguem pertinentes;
- Explicar as características de outras classes de ativos a serem consideradas e como essas classes poderiam apoiar na determinação dos objetivos da Entidade, obtenção de retornos ou redução de riscos;
- Informar prontamente a Entidade caso da existência de algum elemento no Documento Mandato ao Gestor que inviabilize a obtenção dos objetivos da Entidade;
- Fornecer prontamente aos agentes custodiantes todas compras e vendas de títulos e valores mobiliários individuais;
- Informar a Entidade sobre todos e quaisquer custos envolvidos na administração dos recursos, tais como: taxa de administração, taxa de performance, auditoria, corretagem, publicação;
- Informar a Entidade sobre sua política de corretagem, repasse de quaisquer descontos nas taxas básicas de corretagem, obtidas pelo “asset manager”;
- Responsabilizar-se por uma administração ética, transparente e objetiva;
- Administrar os recursos da Entidade respeitando todos os limites e disposições legais como se fosse o único administrador de recursos da Entidade;

- Assumir toda responsabilidade, incluindo o ressarcimento de multas ou perdas, provenientes do descumprimento de suas responsabilidades, quando comprovada em juízo sua culpa ou dolo, e na forma e limites estabelecidos no contrato celebrado com a Entidade;
- Negociar títulos e valores mobiliários do segmento de renda fixa preferencialmente por meio de plataformas eletrônicas de negociação administradas por entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN ou pela CVM;
- Quando operar em meio distinto às plataformas eletrônicas, devem informar à Entidade todos os valores negociados em mercado diverso (compra e/ou venda) de quaisquer operações de renda fixa de carteiras administradas ou fundos de investimentos exclusivos juntamente com as referências de mercado definidas conforme a legislação em vigor.

A escolha das instituições gestoras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços
- Estrutura organizacional e processos de gestão, incluindo:
 - Recursos de pesquisa (“research”)
 - Sistemas de comitês e processos de decisão
 - Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no sentido de que a legislação, os contratos, e as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (e.g., Banco Central e/ou CVM) e por outros participantes (e.g., bolsas e centrais de liquidação) sejam rigorosamente cumpridas (“compliance”)
- Resultados históricos (“track record”), em termos de Retornos/Riscos
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas

- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários terceirizados
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros
- Classificação (“Rating”) da unidade administradora de recursos
- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e/ou o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais

Os administradores e gestores de recursos são selecionados, através de parâmetros de qualificação tais como: solidez, capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da Entidade, representatividade da carteira de clientes, manutenção da base de clientes, qualidade e manutenção do quadro de profissionais envolvidos na gestão dos recursos, entre outros. Para auxiliar a Entidade na contratação e avaliação de administradores e gestores de recursos, a Entidade pode contratar consultoria especializada.

A seleção de ativos é realizada pelos administradores e gestores de recursos contratados, que, dentro dos critérios e limites impostos por esta política de investimentos e pela legislação em vigor, têm liberdade na escolha dos ativos a serem adquiridos, e desde que adequados ao mandato estipulado pela Entidade.

Os custodiantes deverão:

- Liquidar e registrar todas as operações da Entidade em contas segregadas e mantidas com o fim único de exercer serviços de custódia e liquidação de operações da Entidade.
- Responsabilizar-se pela verificação do cumprimento dos procedimentos adotados nessa política pelos administradores de recursos.
- Notificar a Entidade sobre qualquer descumprimento dos administradores de recursos aos procedimentos adotados nessa política de investimentos, no documento “mandato ao gestor” e no regulamento do fundo.
- Verificar se a composição de ativos da carteira de investimentos da Entidade está de acordo com os níveis de risco admitidos pela Entidade.

- Emitir relatórios mensais sobre a composição patrimonial total e segmentada dos investimentos da Entidade e suas respectivas rentabilidades.
- Verificar, diariamente, o cumprimento de limites e disposições legais.
- Se responsabilizar por qualquer fato sob seu controle ou conhecimento que não tenha sido informado à Entidade e que lhe tenha causado alguma perda ou danos.

A política entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, podendo ser revista a qualquer momento pela Previp dentro das regras estabelecidas pelo Estatuto da Sociedade e comunicada às Instituições Financeiras administradoras dos recursos da entidade e aos participantes do Plano, através do site da Entidade.





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MIL)

Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Notas Explicativas
Disponível	541	1.597	4
Realizável	474.698	437.846	
Gestão Previdencial	22	103	5
Gestão Administrativa	2	35	6
Investimentos	474.674	437.708	7
Títulos Públicos	100.615	96.178	
Fundos de Investimento	354.674	324.546	
Operações com Participantes	19.385	16.984	
Total do Ativo	475.239	439.443	

Passivo	31/12/2022	31/12/2021	Notas Explicativas
Exigível Operacional	278	200	
Gestão Previdencial	-	70	8
Gestão Administrativa	158	67	9
Investimentos	120	63	10
Exigível Contingencial	-	81	
Gestão Previdencial	-	81	11
Patrimônio Social	474.961	439.162	
Patrimônio de Cobertura do Plano	474.564	438.069	
Provisões Matemáticas	453.992	419.234	12
Benefícios Concedidos	182.530	163.127	
Benefícios a Conceder	271.462	256.107	
Equilíbrio Técnico	20.572	18.835	13
Resultados Realizados	20.572	18.835	
Superávit Técnico Acumulado	20.572	18.835	
Fundos	397	1.093	
Fundos Previdenciais	394	1.091	14
Fundos Administrativos	3	2	15
Total do Passivo	475.239	439.443	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (R\$ MIL)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	439.162	444.770	(1,26%)
1. Adições	64.365	37.801	70,27%
Contribuições Previdenciais	19.526	18.113	7,80%
Portabilidade	64	-	100,00%
Outras Adições Previdenciais	-	3	(100,00%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.033	18.324	134,85%
Receitas Administrativas	1.739	1.361	27,77%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	3	-	100,00%
2. Deduções	(28.566)	(43.409)	(34,19%)
Benefícios	(21.977)	(27.421)	(19,85%)
Resgates	(2.455)	(12.893)	(80,96%)
Portabilidade	(1.268)	(1.242)	2,09%
Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	(1.120)	(208)	438,46%
Outras Deduções	(5)	-	100,00%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(21)	(100,00%)
Despesas Administrativas	(1.741)	(1.623)	7,27%
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(1)	(100,00%)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	35.799	(5.608)	(738,36%)
Provisões Matemáticas	34.758	(16.204)	(314,50%)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.737	10.219	(83,00%)
Fundos Previdenciais	(697)	640	(208,91%)
Fundos Administrativos	1	(263)	(100,38%)
4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	0,00%
5. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4 + 5)	474.961	439.162	8,15%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (R\$ MIL)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	439.160	444.505	(1,20%)
1. Adições	64.281	37.738	70,33%
Contribuições	21.184	19.411	9,13%
Portabilidade	64	-	100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.033	18.324	134,85%
Outras Adições	-	3	(100,00%)
2. Deduções	(28.483)	(43.083)	(33,89%)
Benefícios	(21.977)	(27.421)	(19,85%)
Resgates	(2.455)	(12.893)	(80,96%)
Portabilidade	(1.268)	(1.242)	2,09%
Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	(1.120)	(208)	438,46%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(21)	(100,00%)
Custeio Administrativo	(1.658)	(1.298)	27,73%
Outras Deduções	(5)	-	100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	35.798	(5.345)	(769,75%)
Provisões Matemáticas	34.758	(16.204)	(314,50%)
Fundos Previdenciais	(697)	640	(208,91%)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.737	10.219	(83,00%)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	0,00%
5. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4+5)	474.958	439.160	8,15%
C) Fundos não Previdenciais	1	(263)	(100,38%)
Fundos Administrativos	1	(263)	(100,38%)



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (R\$ MIL)

Apresenta a parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios do Plano

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)
1. Ativos	476.251	440.231	8,18%
Disponível	541	1.597	(66,12%)
Recebíveis Previdencial	1.192	958	24,43%
Investimentos	474.518	437.676	8,42%
Títulos Públicos	100.615	96.178	4,61%
Fundos de Investimento	354.518	324.514	9,25%
Empréstimos e Financiamentos	19.385	16.984	14,14%
2. Obrigações	1.290	1.069	20,67%
Operacional	1.290	988	30,57%
Contingencial	-	81	(100,00%)
3. Fundos não Previdenciais	3	2	50,00%
Fundos Administrativos	3	2	50,00%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	474.958	439.160	8,15%
Provisões Matemáticas	453.992	419.234	8,29%
Superávit/Déficit Técnico	20.572	18.835	9,22%
Fundos Previdenciais	394	1.091	(63,89%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	23.342	21.716	(5,27%)
a) Equilíbrio Técnico	20.572	18.835	9,22%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.770	2.881	(100,00%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	23.342	21.716	(5,27%)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (R\$ MIL)

Registra as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2	265	(99,25%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.742	1.361	27,99%
1.1. Receitas	1.742	1.361	27,99%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.658	1.297	27,83%
Custeio Administrativo dos Investimentos	81	64	26,56%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	3	-	100,00%
2. Despesas Administrativas	1.741	1.623	7,27%
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	1.729	1.623	6,53%
Treinamentos/Congressos e Seminários	24	2	1.100,00%
Serviços de Terceiros	1.559	1.411	10,49%
Despesas Gerais	29	110	(73,64%)
Tributos	117	100	17,00%
2.2 Outras Despesas	12	-	100,00%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	-	-	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(1)	(100,00%)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	1	(263)	(100,38%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1	(263)	(100,38%)
8. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3	2	50,00%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (R\$ MIL)

Representam a totalidade dos compromissos do plano de benefícios previdencial

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	476.248	440.229	8,18%
1. Provisões Matemáticas	453.992	419.234	8,29%
1.1. Benefícios Concedidos	182.530	163.127	11,89%
Contribuição Definida	89.875	75.514	19,02%
Benefício Definido	92.655	87.613	5,75%
1.2. Benefício a Conceder	271.462	256.107	6,00%
Contribuição Definida	266.372	250.097	6,51%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	110.403	103.274	6,90%
Saldo de contas - parcela participantes	151.083	142.119	6,31%
Saldo de contas - parcela participantes portada de EFPC	3.141	3.119	0,71%
Saldo de contas - parcela participantes portada de EAPC	1.745	1.585	10,09%
Benefício Definido	5.090	6.010	(15,31%)
2. Equilíbrio Técnico	20.572	18.835	9,22%
2.1. Resultados Realizados	20.572	18.835	9,22%
Superávit Técnico Acumulado	20.572	18.835	9,22%
Reserva de Contingência	19.031	18.116	5,05%
Reserva para Revisão de Plano	1.541	719	114,33%
3. Fundos	394	1.091	(63,89%)
3.1. Fundos Previdenciais	394	1.091	(63,89%)
4. Exigível Operacional	1.290	988	30,57%
4.1. Gestão Previdencial	1.170	925	26,49%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	120	63	90,48%
5. Exigível Contingencial	-	81	(100,00%)
5.1. Gestão Previdencial	-	81	(100,00%)



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Previp - Sociedade de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social - MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

A Previp possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por objetivo complementar os benefícios assegurados pela previdência social oficial, e administra o Plano Previp de benefícios previdenciais, patrocinado pelas seguintes empresas:

- Embacorp da Amazônia Soluções em Embalagens de Papel Ltda. (retirada 18/08/2021);
- Klingele Paper Nova Campina Ltda. (anteriormente denominada Embacorp Soluções em Embalagens de Papel Ltda.) (retirada 18/08/2021);
- Sylvamo do Brasil Ltda.;
- Sylvamo Exports Ltda.;
- Sylvamo Comercial Ltda.;
- Sylvamo Agroflorestal Ltda.

Foi publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de agosto de 2021 a portaria nº 537 de 13.08.2021, a qual autorizou a retirada de patrocínio das patrocinadoras Klingele Paper Nova Campina Ltda. (anteriormente denominada Embacorp Soluções em Embalagens de

Papel Ltda.), CNPJ nº 32.779.402/0001-22, e Embacorp da Amazônia Soluções em Embalagens de Papel Ltda., CNPJ nº 04.398.525/0001-88, do Plano Previp, CNPB nº 1995.0014-65, administrado pela Previp - Sociedade de Previdência Complementar.

Estas retiradas iniciaram-se em agosto de 2021 e foram encerradas em janeiro de 2022.

A Previp administra 01 (um) plano de benefício previdencial:

Plano(s) de Benefícios	CNPB	Modalidade
Plano Previp	1995.0014-65	Contribuição Variável

A Previp possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as seguintes quantidades de participantes:

	2022	2021
Ativos	3.212	3.947
Assistidos	297	274
Autopatrocinados	34	41
Participantes em BPD (*)	115	154
Total	3.658	4.416

(*) Referem-se aos participantes desligados aguardando a data de elegibilidade ao Benefício Proporcional Diferido.

A população da Entidade apresentava as seguintes faixas de idades segregadas por Sexo/Idade em 31 de dezembro:

Descrição	Quantidade					
	Participantes		Assistidos Aposentados		Assistidos Beneficiários de Pensão	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Até 24 anos	93	206	-	-	1	1
De 25 a 34 anos	223	630	-	-	1	-
De 35 a 54 anos	293	1.587	-	-	2	-
De 55 a 64 anos	30	275	12	146	2	-
De 65 a 74 anos	1	20	15	97	2	-
De 75 a 84 anos	1	2	2	16	-	-
Mais de 85 anos	-	-	-	-	-	-
Total 2022	641	2.720	29	259	8	1
Total 2021	719	3.423	12	241	1	20



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Previp foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis aplicáveis às EFPC.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos e resultado proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

- **Gestão Previdencial:** atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa:** atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de Benefícios;

- **Investimentos:** registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativo – PGA.

Conforme Resolução vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- **Balço Patrimonial – BP:** apresenta de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;

- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS:** apresenta de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;

- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL:** apresenta por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais dos planos da Entidade;

- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL:** apresenta por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido no exercício;

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA:** apresenta de forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;

- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT:** apresenta por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício;

- **Notas Explicativas:** Apresenta as políticas contábeis significativas e outras informações.

As demonstrações contábeis elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 30 de março de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

Apuração do Resultado

As “Adições” e “Deduções” da Gestão Previdencial, “Receitas” e “Despesas” da Gestão Administrativa, as “Rendas/Variações Positivas” e “Deduções/Variações Negativas” do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribuições dos participantes vinculados (autopatrocinados e/ou participantes em benefício proporcional diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Provisões Matemáticas

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas por atuário contratado pela Previp e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício conforme as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados e a avaliação de instrumentos financeiros a valor justo (precificação dos investimentos). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

d) Operações Administrativas

■ Fundo Administrativo

Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, os registros das operações administrativas deverão ser efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do PGA é constituído da seguinte forma:

Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo;

As despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, serão deduzidas do Fundo Administrativo;

A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado do plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

■ Fontes de Custeio das Despesas

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Previp, e estão em conformidade com a Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021:

■ Custeio Administrativo da Gestão Previdencial

Correspondem às entradas de contribuições administrativas das patrocinadoras, autopatrocinados e BPD's, conforme previsto no regulamento e no plano de custeio anual da Entidade.

■ Custeio Administrativo de Investimentos

Correspondem à transferência mensal de parte dos recursos provenientes do resultado dos investimentos, conforme previsto no plano de custeio e orçamento anual da Entidade.

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) serão registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os ativos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) serão apresentados por seu valor líquido.

As PCLD deverão ser constituídas por meio da adoção dos seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, conforme a Instrução PREVIC nº 31/2020:

- I. Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II. Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III. Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV. Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V. Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI. Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII. Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

f) Realizável

■ Gestão Previdencial

O realizável previdencial é representado pelos recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, a provisão de valores creditórios de liquidação duvidosa e judiciais/recursais da gestão previdencial.

■ Gestão Administrativa

O realizável administrativo é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

■ Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

■ Renda Fixa

Os investimentos em Títulos Públicos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independente do prazo a decorrer da data da aquisição. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado.

- Títulos mantidos até o vencimento - títulos os quais o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos é igual ou superior a cinco anos. A entidade possui capacidade financeira e intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país. São avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período e são ajustados a valor presente na data de liquidação, reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e na demonstração da mutação do ativo líquido.

■ Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos estão registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas, o qual, para valorização, é dividido pela fração ideal denominada cota, registrada com a instituição administradora/custodiante.

A valorização da aplicação é realizada diariamente, multiplicando-se a quantidade de cotas pelo valor da cota atualizada. A valorização ou a desvalorização apurada é apropriada na contabilidade da Entidade mensalmente.

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro é apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos.

■ Operações com Participantes

Referem a operações de empréstimos a participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. As operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

h) Exigível Contingencial

Decorrente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais.

Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- Prováveis: para os quais são constituídas provisões;
- Possíveis: somente são divulgados em notas explicativas, sem que sejam registrados;
- Remotas: não requerem provisão e divulgação nas demonstrações contábeis.

Em dezembro de 2022 e 2021 a Entidade não possuía nenhuma ação judicial que fosse classificada como provável ou possível de perda.



4. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2022	2021
Banco Santander S.A.	520	1.577
Santander Asset Management Ltda.	-	15
Banco Itaú S/A	16	-
Banco Bradesco	1	1
Western Asset Management Company DTVM Ltda.	4	4
	541	1.597

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a receber relativos à gestão previdencial.

	2022	2021
Contribuições do mês	22	22
Depósitos Judiciais/Rekursais	-	81
	22	103

Contribuições do mês

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos patrocinadores, instituidores, participantes, autopatrocinados e participantes em BPD.

	2022	2021
Autopatrocinados	22	22

b) Depósitos Judiciais / Recursais

Refere-se a depósitos judiciais.

	2022	2021
Outros	-	81

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber relativos à gestão administrativa.

	2022	2021
Contribuições para custeio	2	32
Despesas antecipadas	-	3
	2	35

Contribuições para custeio

Referem-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e participantes em BPD.

	2022	2021
Patrocinador(es)	-	30
Autopatrocinados	2	2
	2	32

b) Despesas Antecipadas

Referem-se a pagamento de despesas antecipadas que serão alocadas no resultado nos meses subsequentes.

	2022	2021
Impostos, Taxas e Contribuições	-	3

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

	2022	2021
Títulos Públicos	100.615	96.178
Notas do Tesouro Nacional – NTN B	100.615	96.178
Fundos de Investimento	354.674	324.546
Renda Fixa	273.400	263.323
Ações	22.364	31.819
Fundo de Índice Referenciado em Ações	2.050	-
Multimercado	46.001	21.190
Multimercado Estruturado	3.481	-
Exterior	7.378	8.214
Operações com Participantes	19.385	16.984
Empréstimos a participantes ⁽¹⁾	19.385	16.984
	474.674	437.708

(1) A Previp possui empréstimos, mas não possui valores vencidos passíveis de constituição de provisão.

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 43/2021, a Entidade classificou parte de sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

A outra parte dos ativos foi classificada na categoria "Títulos mantidos até o vencimento", no qual, através de estudo específico, a Entidade atesta que o Plano de Benefício possui capacidade financeira para manutenção dos títulos públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, tendo em vista que o título será remunerado à taxa prefixada no momento de sua aquisição.

Em 31 de dezembro de 2022 o plano Previp administrava 4 perfis, conforme detalhado a seguir:

Perfil	Qtde de participantes	Ativo Investido	Rentabilidade%
BD	113	118.325	12,13%
Conservador	1.778	187.730	9,30%
Superconservador	1.015	88.512	12,52%
Moderado	488	58.105	7,13%
Agressivo	264	21.846	4,18%
Total	3.658	474.518	



a) Títulos Públicos

Descrição	Vencimento	31/12/2022			31/12/2021		
		Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Mercado
Títulos Públicos Federais (*)		50.955	100.615	109.590	51.621	96.178	100.774
Notas do Tesouro Nacional		50.955	100.615	109.590	51.621	96.178	100.774
NTN B	15/08/2022	-	-	-	666	1.056	1.059
NTN B	15/05/2023	1.352	2.209	2.219	1.352	2.084	2.099
NTN B	15/08/2024	7.514	12.633	12.894	7.514	11.921	12.200
NTN B	15/08/2030	18.406	37.557	40.055	18.406	35.521	37.223
NTN B	15/08/2040	17.136	34.882	39.104	17.136	32.987	34.882
NTN B	15/08/2050	6.547	13.334	15.318	6.547	12.609	13.311

(*) Todos os títulos e valores mobiliários demonstrados acima são classificados na categoria mantidos até o vencimento.



b) Fundos de Investimentos

	31/12/2022	31/12/2021
Descrição	Valor Contábil/ Mercado	Valor Contábil/ Mercado
Fundos de Investimentos	354.674	324.546
Renda Fixa	273.400	263.323
Bradesco Fundo de Investimento DI FED II	108	96
Bradesco Fundo de Investimento RF IMA Geral	-	65.919
Bradesco Fundo de Investimento RF TARGET	59.889	39.350
Bradesco FI RF IMA B 5+	6.422	-
Bradesco FI RF IMA B 5	14.851	-
Bradesco FI RF Cred Priv Credito Inflação	18.667	-
Bradesco H Fundo de Investimentos RF Longo Prazo Volga	7.918	9.297
Bradesco Inst FI RF IRFM	5.417	869
Itau Fidelidade T FI RF	2.974	-
Itau Inst Global Dinamico RF LP	2.085	-
Itau Institucional Optimus RF LP	1.472	-
Itau Inst Precision Cred Priv RF LP	9.061	-
Itau RF Juros Ocean FI	1.142	-
Itau Verso K RF FI	1.984	-
Itau Verso M RF FI	1.747	-
Itau Verso P Cred Priv RF FI	1.281	-
Itau Verso RF FI	1.882	-
Itau Verso V RF FI	11.297	-
Itau Fidelidade W3 RF FI	2.831	-
Santander FIC IMA-B 5 Tit Públicos RF	-	743
Santander FIC FI Ima-B Institucional Títulos Públicos RF	-	5.607
Santander FI IRF-M Títulos Públicos RF	-	5.914
Santander FI RF Absoluto TOP	-	8.659
Santander RF Ativo FIC FI	-	1.614
Santander FI Títulos Públicos RF Referenciado DI	-	14.996
Western Asset Prev 107 Fundo de Investimento RF CP	-	284
Western Asset Prev 137 Fundo de Investimento RF CP	1.780	1.428
Western Asset Prev 141 Fundo de Investimento RF CP	-	336
Western Asset Prev 143 Fundo de Investimento RF CP	-	5
Western Asset Prev Invest RF CP Fundo de Investimento	-	1.416
Western Asset Sovereign IV FI Renda Fixa Referenciado Selic	28.938	11.031
Western Asset Prev Inflation Total FI Renda fixa	-	14.148
Western Asset Prev Fix FI Renda Fixa Crédito Privado	4.975	17.762
Western Asset Prev Credit RF Fundo de investimento CP	29.978	32.083
Western Asset Prev Fix Target FI Renda Fixa	10.693	17.877
Western Asset Prev Inflação Implícita Fundo de Investimento RF	1.778	6.162
Western Asset Prev Inflation Plus FI Renda Fixa	5.802	1.794
Western Asset Prev Debêntures Infra FI RF Créd Privado	369	1.241
Western Asset Prev Inflation II Renda Fixa	3.724	87
Western Asset Prev Inflation Limited FI Renda Fixa	31.364	1.652
Western Asset Prev Structured Credit FI RF Crédito Privado	2.971	2.953
Ações	22.364	31.819
Bradesco Small Caps FI Ações	2.582	4.538
Bradesco FIA IBRX Alpha	8.241	10.753
Bradesco Selectlon FI Ações	416	423
Bradesco Dividendos FI Ações	98	90
Itau Ações Asgard Institucional FI	136	-
Itau Ações Dunamis Institucional FI	129	-
Itau Institucional Ações Momento FI	107	-
Itau Institucional Ações Phoenix FI	108	-
Itau Index Ações IBRX FI	220	-
Itau Previdência IBRX FIA	585	-
Western Asset Prev Ibrx Ativo FI Ações	9.742	12.760
Santander Fundo de Investimento IBRX Ações	-	3.255

	31/12/2022	31/12/2021
Descrição	Valor Contábil/ Mercado	Valor Contábil/ Mercado
Fundo de Índice Referenciado em Ações	2.050	-
Itau It Now Ibovespa Fundo de Índice	2.050	-
Multimercado	46.001	21.190
Bradesco FI Multimercado Plus	41.624	21.190
Itau Instit Macro Opportunities Mult FIC	818	-
Itau Verso JM Mult FI	1.215	-
Itau Verso U Mult FI	2.344	-
Multimercado Estruturado	3.481	-
Itau Inst Optimus Titan Mult FI	845	-
Itau Global Dinamico Ultra Mult FIC	2.636	-
Exterior	7.378	8.214
Bradesco Global FI em Ações Investimento Exterior	3.022	3.858
Itau World Equities FIA Investimento Exterior	1.104	-
Western Asset Global Equities FIA IE	2.930	3.010
Western Asset Fundo de Investimento em Ações BDR Nivel I	322	357
Santander Global Equities Inst. Multimercado IE FIC	-	989

c) Operações com Participantes

A Previp concede empréstimos aos seus participantes mediante a utilização de recursos garantidores das reservas técnicas da Entidade, conforme previsto no regulamento do programa de empréstimos.

Os valores dos empréstimos da Entidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Principal	19.385	16.978
Valores a Regularizar - Repasses	-	6
	19.385	16.984

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a pagar relativos à gestão previdencial.

	2022	2021
Benefícios a pagar	-	70

Benefícios a Pagar

Referem-se aos benefícios a pagar referente a participantes já desligados da patrocinadora.

	2022	2021
Resgates	-	70

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a pagar relativos à gestão administrativa.

	2022	2021
Contas a Pagar	148	61
Tributos a Recolher	10	6
	<hr/>	<hr/>
	158	67

Contas a Pagar

Referem-se às contas a pagar relacionadas aos prestadores de serviços.

	2022	2020
Consultorias	71	-
Auditorias	77	61
	148	61

b) Tributos a Recolher

Referem-se aos tributos a pagar relacionados à gestão administrativa da Entidade.

	2022	2021
PIS/COFINS a recolher	10	6

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL - GESTÃO INVESTIMENTOS

Registra os valores a pagar relativos à gestão de investimentos.

	2022	2021
Investimentos no exterior	54	-
Retenções de Tributos a Recolher	2	2
Outras Exigibilidades	64	61
	120	63

Retenções de Tributos a Recolher

	2022	2022
Imposto de Renda sobre Despesas Diretas	1	1
Pis/Cofins/Csll sobre Despesas Diretas	1	1
	<hr/>	<hr/>
	2	2

b) Outras Exigibilidades

	2022	2021
Gestores de Investimentos	64	61
Taxa de Administração	61	58
Taxa CETIP	3	3
	<hr/>	<hr/>
	64	61

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO PREVIDENCIAL

O Exigível contingencial da gestão administrativa em 2022 e 2021 possui a seguinte composição:

	2022	2021
Benefícios	-	81

12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, para o pagamento dos benefícios previstos no regulamento:

- Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros do Plano com as reservas dos benefícios já concedidos para os participantes já aposentados e pensionistas.
- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios dos participantes ativos

As estimativas das provisões matemáticas relacionadas ao benefício definido são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2022 pode ser resumida como segue:

Descrição	31/12/2021	Varição	31/12/2022
Provisões Matemáticas	419.234	34.758	453.992
Benefícios Concedidos	163.127	19.403	182.530
Contribuição Definida	75.514	14.361	89.875
Saldo de Conta dos Assistidos	75.514	14.361	89.875
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	87.613	5.042	92.655
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	81.683	4.585	86.268
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	5.930	457	6.387
Benefícios a Conceder	256.107	15.355	271.462
Contribuição Definida	250.097	16.275	266.372
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	103.274	7.129	110.403
Saldo de Contas - Parcela Constituída Pelos Participantes	142.119	8.964	151.083
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	3.119	22	3.141
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	1.585	160	1.745
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	6.010	(920)	5.090
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	6.010	(920)	5.090

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram definidas pela Previp e fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela Patrocinadora e por estudos específicos realizados pela Mercer em 19/08/2022 (taxa de juros real) e 17/10/2022 (demais premissas atuariais), que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pela Previp e informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, na forma da legislação vigente, encontra-se arquivado na Previp.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,50%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2021 de 9,35 anos é de 3,10% a.a. a 4,83% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 4,89% a.a. para 4,83% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,83% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou na redução de R\$ 524.682 (0,54%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese atuarial mencionada acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

13. EQUILÍBRIO TÉCNICO

- **Superávit Técnico Acumulado** – conforme legislação vigente registra o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios e é alocado em reserva de contingência até o limite definido na legislação, e o valor excedente a este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício.
- **Déficit Técnico Acumulado** - registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

A variação do equilíbrio técnico durante o exercício de 2022 pode ser resumida como segue:

Descrição	31/12/2021	Variação	31/12/2022
Equilíbrio Técnico	18.835	1.737	20.572
Superávit Técnico Acumulado	18.835	1.737	20.572
Reserva de Contingência	18.116	915	19.031
Reserva para Revisão do Plano	719	822	1.541

O superávit apresentado em 31 de dezembro de 2022 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2021, originado, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme legislação em vigor, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 9,47 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2022.

O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

▪ Ajuste de Precificação

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, que tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, e corresponde à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Informamos ainda que o ajuste de precificação relativo aos resultados do exercício de 2022 é positivo em R\$ 2.770.

14.FUNDOS PREVIDENCIAIS

▪ Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

Constituído de acordo com o Regulamento do Plano pela parcela da Conta de Patrocinadora que não foi utilizada para o pagamento de Benefícios ou dos institutos. Este fundo poderá ser utilizado conforme previsto no plano de custeio da Entidade, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

	2022	2021
Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	394	1.091

Em 2022 foi utilizado R\$ 1.120 (R\$ 208 em 2021) do fundo previdencial, sendo R\$ 815 para cobertura das contribuições das patrocinadoras para o plano e R\$ 305 referente ao pagamento residual da retirada de patrocínio da Embacorp.

15. FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

	2022	2021
Fundo Administrativo	3	2

16. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

Hipóteses Atuariais	2021	2020
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,83% a.a	4,89% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% a.a.	0,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez ⁽³⁾	Não Aplicável	Não Aplicável
Entrada em aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo benefícios de renda vitalícia, o indexador é o INPC do IBGE.

(2) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por gênero.

(3) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função do compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados ser estruturado na modalidade de contribuição definida.

17. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020.

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro:

	2022	2021
Ativo	1.170	855
Participação no Plano de Gestão Administrativa	3	2
Plano de Benefícios Previp	3	2
Transferência entre perfis	1.167	853
Plano de Benefícios Previp	1.167	853

	2022	2021
Passivo	(1.170)	(855)
Participação no Fundo Administrativo do PGA	(3)	(2)
Plano de Benefícios Previp	(3)	(2)
Transferência entre perfis	(1.170)	(853)
Plano de Benefícios Previp	(1.170)	(853)

18. RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

■ Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou

Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Essa lei também revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção e recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

■ PIS e COFINS

Devem ser recolhidos mensalmente e são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios e da parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas) conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e alterações posteriores.

■ TAFIC – Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar

Conforme lei nº 12.154 de 23 de dezembro de 2009 e a Instrução Normativa PREVIC nº 1 de 13 de abril de 2010 as entidades fechadas de previdência complementar devem recolher nos meses de janeiro, maio e setembro de cada exercício a TAFIC. O valor da TAFIC é calculado por plano de benefícios, utilizando-se o valor dos recursos garantidores de cada plano e o enquadramento na tabela constante do Anexo V da lei supracitada.

19. GESTÃO DE RISCOS E MONITORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

De acordo com a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004 a Previp adota princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios a Previp gerencia de forma adequada os seus investimentos, além da revisão anual da política de investimentos, e considera a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CGPC nº13.

A Entidade realiza periodicamente a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos considerando diversos conceitos e parâmetros:

- Risco de mercado: o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro;
- Risco de crédito: os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes;
- Risco de liquidez: decorrentes de não disponibilidade de recursos;
- Risco de solvência: o risco de ocorrência de déficits futuros;
- Risco atuarial: não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais;

- Risco operacional: perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos;
- Risco legal: ações legais.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Previp podem ser assim consideradas:

- Participantes ativos que optam por aderir ao plano;
- Participantes assistidos em gozo de benefício;
- Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convenio de Adesão para oferecimento dos planos de benefícios para os empregados e Dirigentes;
- Membros do Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve operações com partes relacionadas acima, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras, empréstimos e pagamentos de benefícios).



21. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Resolução Previc nº 18 de 22 de dezembro de 2022

Em 22 de dezembro de 2022 foi publicada a Resolução Previc nº 18, que dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano contábil padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

Esta resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023, a administração avaliou todos os impactos das mudanças na Entidade e dentre as principais alterações em relação às normas vigentes até esta data, traz o que segue:

- Exclusão da obrigatoriedade de atualização dos depósitos judiciais somente por ocasião do levantamento dos valores, a favor da EFPC, mediante a autorização judicial;
- Exclusão da obrigatoriedade da reavaliação os imóveis, no mínimo, anualmente. As EFPC passarão a realizar a avaliação de imóveis/laudo técnico, quando houver evidência de desvalorização ou no momento de sua alienação – neste evento, está dispensada a avaliação caso o último laudo tenha sido emitido em prazo inferior a 180 dias, desde que tal procedimento seja devidamente atestado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), em função das condições de mercado.
- Inclusão de novas orientações sobre os critérios para constituição de provisões para perda associadas ao risco de crédito dos ativos (ativos financeiros, empréstimos e contribuições), mantendo o resultado da entidade mais próximo da probabilidade de sua realização.
- Criação de novas rubricas contábeis para detalhamento na classificação dos ativos investidos, no qual a entidade passará a registrar seus investimentos conforme sua composição para melhor alinhamento com a Resolução CMN nº 4.994/2022.

- Resolução Previc nº 19 de 22 de dezembro de 2022

Em 19 de dezembro de 2022 foi publicada a Resolução Previc nº 19, que altera a Resolução Previ nº 12 de 16 de agosto de 2022, que dispõe sobre os procedimentos de transferência ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos administrados por uma mesma entidade fechada de previdência complementar, decorrentes da implementação do registro, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, dos planos de benefícios, nos termos da Resolução CNPC nº 46, de 1º de outubro de 2021 (alterada pela Resolução Previc nº 56 de 14 de dezembro de 2022), e na forma do § 4º do art. 36 da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018. A referida resolução altera o prazo final para operacionalização do CNPJ por Plano para até 30 de junho de 2023.

Diretor Superintendente

Denis Ricardo Teixeira
CPF: 158.577.078-70

Contadora Responsável

Alexandra Stefanutto Baldi Guido
CPF: 346.436.018-09
CRC: 1 SP 270260/O-4





PARECERES

PARECER ATUARIAL

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Previp, administrado pela Previp - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, e em face da Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para esta Avaliação Atuarial Anual, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942 de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,83% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000 Basic
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez ⁽³⁾	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE. (2) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por gênero. (3) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função do compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na taxa real anual de juros, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual o benefício afetado pelas hipóteses adotadas é a renda mensal vitalícia.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram definidas pela Previp e fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela Patrocinadora e por estudos específicos realizados pela Mercer em 19/08/2022 (taxa de juros real) e 17/10/2022 (demais premissas atuariais), que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pela Previp e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, na forma da legislação vigente, encontra-se arquivado na Previp.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,50% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2021 de 9,35 anos é de 3,10% a.a. a 4,83% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 4,89% a.a. para 4,83% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,83% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou no aumento de R\$ 524.682 (0,54%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese atuarial mencionada acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.



ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o de “Capitalização Individual” para a avaliação de todos os benefícios do Plano Previp, exceto os benefícios de renda mensal vitalícia, que foram avaliados pelo método “Agregado”.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano Previp.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Previp, a composição do Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2022 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e para garantias de operações com participante fornecidos pela Previp posicionados em 31/12/2022.

Conta	Nome	R\$
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	474.961.100,09
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	474.563.675,44
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	453.991.658,12
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	182.530.267,22
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	89.875.136,22
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	89.875.136,22
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	92.655.131,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	86.268.149,00
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	6.386.982,00
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	271.461.390,90
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	266.371.353,90
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	110.402.081,20
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	151.083.053,43
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	3.141.078,04
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	1.745.141,23
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.090.037,00
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.090.037,00
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	20.572.017,32
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	20.572.017,32
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	20.572.017,32
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	19.030.984,21
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	1.541.033,11
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	397.425,65
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	393.853,65
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	393.853,65
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.572,00
2.03.02.02.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	3.572,00
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Previp vigente em 31 de dezembro de 2022, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gerou impacto no resultado do Plano Previp no exercício de 2022.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria em pensão por morte do aposentado válidos foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte do inválido foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.03.01.01.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Previp.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que o Plano Previp mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Previp que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Informamos ainda que o ajuste de precificação relativo aos resultados do exercício de 2022 é positivo em R\$ 2.769.633,00.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas de Contribuição Definida do plano evoluíram com as entradas (contribuições), saídas (benefícios pagos, resgates, portabilidades, etc.) e rentabilidade auferida.

Relativamente à parcela de Benefício Definido, demonstramos abaixo a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da reavaliação atuarial:

Conta	A - Evolução Teórica	B - Recálculo com hipóteses de 31/12/2021	Variação (B/A-1)	C - Recálculo com hipóteses de 31/12/2022	Variação (C/B-1)
Benefício Definido	95.562.541	97.220.486	1,73%	97.745.168	0,54%

Em função da alteração na hipótese de taxa real de juros, as provisões matemáticas atuariais aumentaram em 0,54% em relação àquelas calculadas com as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31/12/2021.

As provisões matemáticas reavaliadas, quando comparada as provisões matemáticas evoluídas teoricamente com juros, inflação e benefícios pagos, utilizando as mesmas premissas de 31/12/2021, não apresentaram variação significativa, sendo explicada também pela movimentação da massa de participantes aposentados com direito à rendas vitalícias.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

A situação superavitária do Plano foi mantida em patamar superior ao resultado obtido em 2021, principalmente em função da rentabilidade da parcela do Patrimônio do Plano de cobertura dos benefícios de Renda Vitalícia auferida no exercício de 2022 de 12,13%, ligeiramente superior em 0,92 à meta atuarial de 11,11% (INPC 5,93% combinado com a meta atuarial nominal de 4,89%).

NATUREZA DO RESULTADO

O superávit apresentado em 31/12/2022 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2021, originado, principalmente, em função da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme legislação em vigor, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 9,47 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2022.

O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

Esclarecemos que, de acordo com o artigo 6.6 do Regulamento do Plano Previp, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado das Patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2023, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

PLANO DE CUSTEIO E CONTRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano Previp com base nas disposições regulamentares. Estimados nos níveis descritos a seguir:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 7.2.1 e 7.2.4 do Regulamento do Plano e contribuições para o custeio administrativo.

As contribuições totais das Patrocinadoras equivalem à taxa média estimada em 4,01% da folha de salário de participação, ou R\$ 10.931.026 em moeda de 31/12/2022, tendo como base a contribuição e folha salarial da data da avaliação.

As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa.

O Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2023, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,63% do salário de participação, ou R\$ 7.294.593 (valores anuais), em moeda de 31/12/2022, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pelas Patrocinadoras, caso não tivesse ocorrido o término

do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% do valor total de contribuições mensais realizadas em seu nome e em nome das Patrocinadoras, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de março de 2023.

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano Previp está superavitário em 31/12/2022. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

O valor do superávit excedente à Reserva de Contingência foi contabilizado na Reserva Especial para Revisão de Plano. A Reserva Especial para Revisão do Plano não deverá ser destinada de forma obrigatória no exercício subsequente, tendo em vista que não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

São Paulo, 09 de março de 2023.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Silvio Lopes da Silva Junior – MIBA nº 1.103

Daniel Guimarães Ramos – MIBA nº 3.868

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da Previp- Sociedade de Previdência Complementar

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Previp - Sociedade de Previdência Complementar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do ativo líquido e a demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, por plano de benefício previdencial, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido por plano de benefício previdencial, do plano de gestão administrativa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Previp - Sociedade de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027685/O-0'F' SP



Willian Hideki Ishiba

Contador CRC 1SP281835/O-2

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 30 de março do ano de 2023, às 13:30 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

a) resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2022, e plano de custeio para o exercício de 2023;

b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar os documentos mencionados nos itens “a” e “b”, sem restrições, os quais foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 30 de Março do ano de 2023, às 11:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditore





Rod SP 340, Km 171
Mogi Guaçu - SP - Brasil
19 3861 8201
19 3861 8151
19 3861 8564
www.previp.com.br

Conselho Deliberativo:

Rodrigo Davoli
Marcelo Nale
Luciana Huneke

Conselho Fiscal:

Ana Ribeiro
Thiago Matos
Fábio Vilas Boas

Diretoria Executiva:

Denis Teixeira
Eduardo Zambon
Mônica Melo
Antônio Salomon

Administração:

Daniele Oliveira
Claudinei Oliveira
Elaine Santos
Giovana Cibelli